

Associação Beneficente à Criança  
Desamparada “Nossa Casa”

Demonstrações contábeis acompanhadas  
do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016	11

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes  
Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105  
12º andar | Edifício Berrini One | Itaim Bibi  
São Paulo | SP | Brasil  
T +55 11 3886.5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos  
Conselheiros e Administradores da  
**Associação Beneficente à Criança Desamparada “Nossa Casa”**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Beneficente à Criança Desamparada (“Nossa Casa” ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Beneficente à Criança Desamparada “Nossa Casa” em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

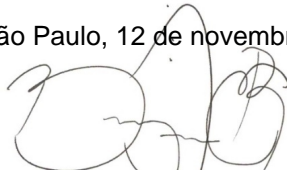
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade;
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de novembro de 2018



Régis Eduardo Baptista dos Santos  
CT CRC 1SP-255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

## Associação Beneficente à Criança Desamparada “Nossa Casa”

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

#### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	481.993	571.291
Outros créditos	-	33.925	28.528
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>515.918</u>	<u>599.819</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Imobilizado	5	148.939	140.485
Intangível	5	3.019	2.721
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>151.958</u>	<u>143.206</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>667.876</u></u>	<u><u>743.025</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Associação Beneficente à Criança Desamparada “Nossa Casa”

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	6	51.628	56.302
Salários e encargos trabalhistas	7	193.827	232.986
Obrigações sociais a recolher	8	11.721	9.685
Outras contas a pagar	-	2.636	2.049
<b>Total do passivo circulante</b>		259.812	301.022
<b>Patrimônio líquido</b>	9		
Patrimônio social	-	704.057	704.057
Déficit acumulado	-	(295.993)	(262.054)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		408.064	442.003
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		667.876	743.025

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis.

# Associação Beneficente à Criança Desamparada “Nossa Casa”

## Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Receita operacional</b>			
<b>Com restrição</b>			
Programa (atividades) de assistência social	10	1.752.486	1.773.808
		1.752.486	1.773.808
<b>Sem restrição</b>			
Projeto parceria EY (Ernst Young)	11	395.499	475.166
Doações (receitas eventuais)	11	439.950	266.031
Receitas financeiras	-	34.059	67.911
Trabalho voluntário	14	153.000	155.120
		1.022.508	964.228
<b>Total das receitas operacionais</b>		2.774.994	2.738.036
<b>Despesas operacionais</b>			
Pessoal	12	(1.508.014)	(1.661.494)
Instalações prediais	-	(124.756)	(85.595)
Serviços de terceiros	-	(230.910)	(254.785)
Administrativa	13	(740.347)	(773.624)
Depreciação	5	(37.848)	(32.083)
Eventos	-	(23.458)	(29.294)
Impostos e taxas	-	(234)	(2.310)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	24.862	(651)
Despesas financeiras	-	(15.228)	(5.134)
Trabalho voluntário	14	(153.000)	(155.120)
<b>Total das despesas operacionais</b>		(2.808.933)	(3.000.090)
<b>(Déficit) do exercício</b>		(33.939)	(262.054)

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis.



## Associação Beneficente à Criança Desamparada “Nossa Casa”

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

	Patrimônio social	Déficit acumulado	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	862.909	(158.852)	704.057
Transferência do déficit do exercício	(158.852)	158.852	-
Déficit do exercício	-	(262.054)	(262.054)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	704.057	(262.054)	442.003
Transferência do déficit do exercício	(262.054)	262.054	-
Déficit do exercício	-	(33.939)	(33.939)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	442.003	(33.939)	408.064

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis.

## Associação Beneficente à Criança Desamparada “Nossa Casa”

### Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Fluxo de caixa das atividade operacional</b>		
Déficit do exercício	(33.939)	(262.054)
<b>Itens que não afetam o caixa</b>		
Depreciação e amortização	37.895	32.083
Efeito líquido de baixas de imobilizado	(3.901)	-
<b>Resultado ajustado</b>	55	(229.971)
<b>Aumento (diminuição) das contas do ativo</b>		
Outros créditos	(5.397)	(9.942)
<b>Aumento (diminuição) das contas do passivo</b>		
Fornecedores	(4.674)	56.302
Salários e encargos trabalhistas	(22.295)	9.969
Impostos e contribuições a recolher	2.036	6.745
Provisão de férias e encargos	(16.864)	(3.497)
Outras contas a pagar	587	11.069
<b>Fluxo de caixa (consumido) pela atividade operacional</b>	(46.552)	(159.325)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(42.746)	(2.259)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	(42.746)	(2.259)
<b>Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	(89.298)	(161.584)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	571.291	732.875
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	481.993	571.291
<b>Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	(89.298)	(161.584)

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

## (Valores expressos em reais)

### 1. Contexto operacional

A Associação Beneficente à Criança Desamparada “Nossa Casa” (“Entidade”) é uma Pessoa Jurídica de Direito Privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial, recreativo e educacional, sem cunho religioso, político ou partidário, com a finalidade de atendimento a crianças e jovens carentes para seu ingresso na sociedade com dignidade e capacidade de participação.

No exercício de 2017, foram proporcionados atendimentos a mais 756 crianças e adolescentes em projetos educacionais assim direcionados:

#### Atividades internas em nossa sede social

Centro da Criança e Adolescente (CCA) Bom Retiro	285
SAICA Bom Retiro	22
Canto e dança	119
Orquestra de câmara	65
Informática	40
Capoeira	75
Karatê (início em 2016)	75
Teatro (início em 2016)	75
<b>Crianças e adolescentes atendidos em 2017</b>	<b>756</b>

Os projetos educacionais desenvolvidos podem ser assim expressos, visando os seguintes objetivos para a formação profissional do cidadão:

#### Centro da Criança e Adolescente (CCA)

Atendimento de crianças e adolescentes no contra turno escolar, realizando trabalhos de oficinas culturais, esportes e reforço pedagógico, além de três refeições diárias nos dois turnos de atendimento, promovendo interação com as crianças e as famílias das comunidades atendidas pelo projeto.

**Canto e dança**

Ajuda a descobrir os limites vocais, desenvolve a capacidade de criatividade, estimula a descoberta do próprio corpo, contribui para a formação e o desenvolvimento de autonomia, sensibilidade, dicção, memorização, improvisação e experiência de vida, ampliando o universo cultural e preparando-os para as atividades profissionais e o exercício da cidadania.

**Orquestra de câmara**

Leva o aluno a disciplina, respeito, solidariedade, integração social, desenvolvimento da capacidade e do raciocínio, ensinando-os a entender o universo musical, a personalidade de cada instrumento, a hierarquia sob a batuta do maestro. Por analogia, prepara os alunos para trabalhar em empresas, onde terão que conviver com colegas com respeito e disciplina, observando as diretrizes da Empresa.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis****a) Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, alterada em 21 de agosto de 2015, relativa a entidades sem fins lucrativos.

**b) Imunidade tributária**

A Entidade está cumprindo todos os requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o qual torna imunes as instituições que não distribuem os resultados e que aplicam seus recursos em território nacional.

**c) Renúncia fiscal**

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1), a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), exceto sobre as receitas financeiras;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- PIS sobre as receitas, havendo incidência do PIS sobre folha de pagamento;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas próprias.

**d) Certificado de Entidade beneficente de Assistência Social (CEBAS)**

Em 11 de junho de 2018, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através da Secretária Nacional de Assistência Social, pelo Ofício nº 523/2018-CCEB/CGCEB/ DRSP/ SNAS/ MDS, comunicou o diferimento da concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, protocolizada sob nº 71000.019474/2018-19, conforme Portaria nº 124/2018, item 102, de 07/06/2018, publicado pelo Diário Oficial da União de 11/06/2018, com validade de 03/09/2018 a 02/09/2021 para entidade Associação Beneficente à Criança Desamparada “Nossa Casa”, CNPJ nº 03.858.692/0001-00.

**e) Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais com centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

**f) Uso de estimativas e julgamento**

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

**3. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis são:

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

**b) Imobilizado****Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

#### **Depreciação**

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

#### **Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado**

Os itens de ativo imobilizado que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

#### **c) Provisão de férias e encargos**

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes.

#### **d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas, quando aplicáveis. Aos ativos realizáveis e às obrigações com vencimentos após 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são consideradas como não circulantes.

#### **e) Patrimônio líquido**

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

#### f) Receitas

As receitas registradas pela Associação são advinhas de doações de pessoas físicas e jurídicas e de dois convênios com a Prefeitura Municipal de São Paulo: **a)** Secretaria Municipal e Desenvolvimento Social SMADAS – CAS – Sé – nº 095/SMADAS/2013 – Processo nº 2013.0.024.469-7 e **b)** Secretária Municipal e Desenvolvimento Social – CAS – Sé – nº 561/SMADAS/2013 – Processo nº 2013.0.268.321.3.

#### g) Apuração do resultado

As despesas da Entidade são apuradas através de notas fiscais e recibos, em conformidade com as exigências legais e fiscais. As receitas registradas pela entidade a título de contribuições e doações são advindas basicamente das doações de pessoas físicas e jurídicas para o cumprimento dos seus objetivos sociais, reconhecidas contabilmente na ocasião da identificação do depósito bancário.

#### h) Trabalho voluntário

A Entidade obedece a legislação fiscal que determina que as entidades sem fins lucrativos não podem remunerar seus Administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos conselheiros foi divulgado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição financeira	Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Fundo fixo	Caixa	6.080	5.557
Banco Itaú S.A.	Conta corrente	29.400	16.601
Banco do Brasil S.A.	Conta corrente	-	20.649
Banco Itaú S.A.	Aplicação automática CDB - DI	289.989	387.788
Banco do Brasil S.A.	Aplicação automática CDB - DI	156.524	125.207
Banco do Brasil S.A.	Poupança	-	15.489
<b>Total</b>		<b>481.993</b>	<b>571.291</b>

Os saldos de caixa e bancos contas correntes são representados principalmente, por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais de primeira linha.

As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais de primeira linha, remunerados a taxa que variam entre 95% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 5. Imobilizado e intangível

### a) Composição do imobilizado e intangível

	% - Taxa anual de depreciação	31/12/2017			31/12/2016		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	59.448	(18.926)	40.522	63.832	(28.591)	35.241
Móveis e utensílios	10	51.367	(15.781)	35.586	58.716	(18.638)	40.078
Veículos	20	69.165	(51.307)	17.858	69.165	(43.370)	25.795
Instrumentos musicais	10	42.993	(27.744)	15.249	44.261	(24.810)	19.451
Computadores e periféricos	20	82.648	(42.924)	39.724	60.378	(40.458)	19.920
Intangível - marcas	-	3.019	-	3.019	2.721	-	2.721
		<b>308.640</b>	<b>(156.682)</b>	<b>151.958</b>	<b>299.073</b>	<b>(155.867)</b>	<b>143.206</b>

### b) Movimentação no período de 01/01/2017 a 31/12/2017

Descrição	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017
<b>Custo</b>				
Máquinas e equipamentos	63.832	12.642	(17.026)	59.448
Móveis e utensílios	58.716	2.967	(10.316)	51.367
Veículos	69.165	-	-	69.165
Instrumentos musicais	44.261	3.221	(4.489)	42.993
Computadores e periféricos	60.378	23.619	(1.350)	82.648
Intangível	2.721	298	-	3.019
<b>Subtotal</b>	<b>299.073</b>	<b>42.746</b>	<b>(33.179)</b>	<b>308.640</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Máquinas e equipamentos	(28.591)	(5.295)	14.960	(18.926)
Móveis e utensílios	(18.638)	(5.020)	7.878	(15.780)
Veículos	(43.370)	(7.937)	-	(51.307)
Instrumentos musicais	(24.810)	(4.026)	1.092	(27.744)
Computadores e periféricos	(40.458)	(15.617)	13.150	(42.925)
Intangível - amortização	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>(155.867)</b>	<b>(37.895)</b>	<b>37.080</b>	<b>(156.682)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>143.206</b>	<b>4.851</b>	<b>3.901</b>	<b>151.958</b>



## 6. Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	51.628	56.302
<b>Total</b>	<b>51.628</b>	<b>56.302</b>

O saldo de fornecedores é representado por serviços prestados por terceiros, e compra de materiais.

## 7. Salários e encargos trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016
Salários a pagar	69.801	68.196
INSS a recolher (a)	8.564	32.801
FGTS a recolher	11.386	11.049
Provisão de férias	95.483	88.643
Provisão de encargos de férias	8.593	32.297
<b>Total</b>	<b>193.827</b>	<b>232.986</b>

## 8. Obrigações sociais a recolher

	31/12/2017	31/12/2016
IRRF a recolher	11.321	9.545
Contribuições a pagar	400	140
<b>Total</b>	<b>11.721</b>	<b>9.685</b>

## 9. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social, acrescido do resultado do exercício (superávit/ déficit) ocorrido.

A Entidade não distribui aos seus conselheiros, diretores ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, aplicando tais valores integralmente na consecução do seu objetivo social.

## 10. Programa (atividades) de assistência social

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Doações de entidades públicas	1.752.486	1.773.808
<b>Total</b>	<b>1.752.486</b>	<b>1.773.808</b>

As receitas registradas pela Associação são de dois convênios com a Prefeitura Municipal de São Paulo:

- a) Secretaria Municipal e Desenvolvimento Social SMADAS – CAS – Sé – nº 095/ SMADAS/ 2013 – Processo nº 2013.0.024.469-7, cujo objetivo serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses;
- b) Secretária Municipal e Desenvolvimento Social – CAS – Sé – nº 561/ SMADAS/ 2013 – Processo nº 2013.0.268.321.3, cujo objetivo é o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos modalidade: Centro para crianças e Adolescentes.

São reconhecidos mensalmente, através de identificação no extrato bancário, os valores dos repasses acordados através de contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

### 11. Projeto parceria EY e doações

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Projeto parceria EY (Ernst Young) (a)	395.499	475.166
Doações de pessoas físicas e jurídicas eventuais (a)	439.950	266.031
<b>Total</b>	<b>835.449</b>	<b>741.197</b>

(a) São reconhecidas no momento da identificação no extrato bancário da doação em conta corrente de pessoas físicas e jurídicas.

### 12. Despesas com pessoal

	31/12/2017	31/12/2016
Salários e ordenados	(962.656)	(902.908)
Hora extraordinária	(17.053)	(16.418)
DSR/ hora extra	(14.111)	(10.405)
Férias, encargos, provisões e abono	(77.304)	(91.214)
1/3 sobre férias	(31.165)	(26.644)
13º salário	(95.263)	(88.994)
Assistência médica e odontológica	(6.581)	(1.912)
Vale-transporte	(38.758)	(30.793)
Rescisão trabalhista	(4.611)	(1.380)
Indenização trabalhista	-	(11.287)
Adicional noturno	(42.214)	(41.592)
Aviso prévio indenizado	(7.887)	(3.586)
Cursos	(719)	-
Vestuário e uniforme	-	(110)
INSS	(79.390)	(324.075)
FGTS	(117.684)	(98.474)
PIS sobre folha	(12.618)	(11.702)
<b>Total</b>	<b>1.508.014</b>	<b>(1.661.494)</b>

### 13. Despesas administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Correios, impressos e cartório	(114)	(1.607)
Internet e telefone	(15.573)	(15.580)
Material de consumo	(15.487)	(11.100)
Despesas com veículos	(18.528)	(18.371)
Refeições e lanches	(14.691)	(12.832)
Sindicato patronal e associações de classe	(2.058)	(6.997)
Material de escritório	(4.671)	(3.699)
Material de limpeza	(23.258)	(70.367)
Bens de pequenos valores	(1.445)	(16.179)
Seguro	(11.980)	(11.293)
Farmácia e medicamentos	(359)	(158)
Gêneros alimentícios	(535.908)	(508.621)
Materiais pedagógicos	(30.003)	(25.633)
Outros	(66.272)	(71.187)
<b>Total</b>	<b>(740.347)</b>	<b>(773.624)</b>

#### 14. Trabalhos voluntários

Visando ao atendimento das práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidades de lucro, especificamente a Resolução nº 1402/2012, norma ITG 2002 (R1), na tabela a seguir demonstramos os valores justos estimados dos trabalhos voluntários recebidos pela Entidade, como se houvesse ocorrido o desembolso financeiro com estes eventos e/ou profissionais:

	Quantidade em horas	Taxa média hora em reais	Total em reais 31/12/2017
Atuação na presidência	600	150	<b>90.000</b>
Atuação na vice-presidência	24	120	<b>2.880</b>
Atuação na diretoria I	120	100	<b>12.000</b>
Atuação na diretoria (demais áreas)	276	100	<b>27.600</b>
Atuação na tesouraria	72	100	<b>7.200</b>
Atuação no conselho	84	150	<b>12.600</b>
Atuação administrativa	24	30	<b>720</b>
<b>Total</b>	<b>1.200</b>		<b>153.000</b>
Atuação do trabalho da auditoria	200	145	<b>29.000</b>
<b>Total geral</b>	<b>1.400</b>		<b>182.000</b>

#### 15. Aspectos tributários

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro (CSLL), não são devidos por tratar-se de entidades sem fins lucrativos, conforme art. 15 da Lei nº 9532/97, tendo sido observadas as condições específicas previstas para usufruir de tais isenções.

Quaisquer receitas de serviços distintos à sua atividade fim, eventualmente recebidas pela Entidade, serão incluídas na base de cálculo para apuração e recolhimento de impostos correspondentes.

#### 16. Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

\* \* \*